

Ao Exmo. Sr. Secretário Regis Fichtner
Secretaria de Estado da Casa Civil
Rio de Janeiro

Prezado Senhor Secretário,

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa, vem trabalhando a agenda de integridade, em parceria com outras organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, há mais de sete anos. Alguns importantes frutos desse trabalho são o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, o Grupo de Trabalho de tal Pacto, o Cadastro Empresa Pró-Ética e o Projeto de Lei 6.826/2010, em trâmite no Congresso Nacional.

Nesse contexto, o Instituto Ethos lançou, em 2011, a iniciativa *Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios* (www.jogoslimpos.org.br), com apoio da “*Siemens Integrity Initiative*”, com o objetivo de buscar maior transparência e integridade na gestão e nos investimentos públicos e privados da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, bem como de fomentar a participação social nas mesmas.

O projeto *Jogos Limpos* é uma ação coletiva, envolvendo empresas, governos, sociedade civil e academia na promoção da integridade e prevenção a corrupção, da transparência e do controle social. Além de comitês organizados nacionalmente por temas, o projeto conta com comitês locais de mobilização em todas as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, incluindo o Rio de Janeiro, sede também das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

No âmbito do projeto Jogos Limpos, temos acompanhado o processo de reforma do Estádio do Maracanã e o início do procedimento licitatório para a concessão do Complexo à iniciativa privada. Gostaríamos de manifestar nossa preocupação com a pouca transparência e participação social e destacar quão relevante é esse momento, para que mais informações venham ao âmbito público. Nesse sentido, gostaríamos de ressaltar que ainda não são públicos o balanço financeiro da SUDERJ, os projetos básico e executivo para a reforma do estádio do Maracanã, os laudos técnicos para elaboração dos projetos básico e executivo, o estudo de impacto de vizinhança da reforma, o contrato assinado entre Governo do Estado do Rio de Janeiro e Consórcio Maracanã 2014, a planilha de previsão de custo, o ato administrativo que determina a remoção da comunidade Metro Mangueira, o laudo técnico que prevê derrubamento da marquise, as justificativas para as variações de custos, as resoluções do TCE e do TCU, a planilha de custos e os comprovantes das transferências já realizadas pelo poder público a particulares contratados, os estudos e as justificativas que fundamentaram a decisão de concessão do Complexo do Maracanã à iniciativa privada e o estudo de viabilidade técnica, ambiental, econômica e financeira referente à pretendida concessão.

Acreditamos que há, neste momento, uma grande oportunidade para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro adote uma série de mecanismos de transparência, a qual foi prevista na nossa Constituição Federal, por meio da proteção do direito de acesso à informação, assim como promova a participação popular nos processos de tomada de decisão relativos ao Complexo do Maracanã. Desde o início da reforma do estádio, muitas foram as manifestações críticas de diferentes grupos da sociedade

civil, do Ministério Público Federal e Estadual e de parlamentares e poucas foram as oportunidades de diálogo entre os diferentes atores da sociedade, os quais serão, inevitavelmente, impactados de forma significativa.

O projeto da pretendida concessão do Complexo do Maracanã à iniciativa privada inclui a demolição de instalações e equipamentos públicos importantíssimos como a Escola Municipal Friedenreich, o edifício do antigo Museu do Índio, o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Julio de Lamare. Entendemos que o Governo do Estado poderia aproveitar este momento para iniciar um processo amplo de participação popular, estabelecer um diálogo sobre o modelo de gestão do Maracanã com cidadãos e cidadãs, organizações da sociedade civil e de torcedores e, especialmente, com aqueles grupos diretamente impactados pelas obras previstas.

Com foco exclusivo na discussão acerca do modelo de concessão do Complexo do Maracanã e em cumprimento ao art. 39 da Lei 8.666/93, foi realizada uma audiência pública, no dia 8 de novembro de 2012, de acordo com o aviso de audiência publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 22 de outubro. Até a data do citado evento, representantes do governo deram declarações à imprensa que confirmavam o caráter imutável dos itens que compunham a minuta do edital de concessão, como, por exemplo, a demolição da Escola Friedenreich, informando ainda que ela seria reconstruída em outro local já decidido. Causa preocupação que os itens constantes do edital não poderiam sofrer alterações como resultado de um eventual debate a ser realizado durante a audiência pública.

Entendemos que o Governo do Estado do Rio de Janeiro tem a oportunidade de reafirmar seu compromisso com a transparência e a participação social. Solicitamos que a demonstração de tal compromisso se dê por meio da suspensão do processo licitatório de concessão do Complexo do Maracanã e o estabelecimento imediato de um diálogo construtivo com a população carioca, através da convocação de uma audiência pública, a ser noticiada nos grandes veículos de comunicação e com antecedência mínima de 10 dias, para a abertura do diálogo e da discussão aprofundada da natureza e do modelo de gestão do Complexo do Maracanã. Durante tal audiência, solicitamos espaço para questionamentos e apresentação de propostas da sociedade civil e para que o Governo possa responder e apresentar as razões que fundamentam sua intenção de conceder a gestão do Maracanã à iniciativa privada.

Considerando o papel de articulador e facilitador que o Ethos vem exercendo desde sua fundação, e em especial na agenda da integridade e transparência, colocamo-nos à disposição para facilitar o diálogo acima referido e aguardamos vosso pronunciamento com a maior brevidade possível.

Atenciosamente,



Jorge Abrahão

Diretor Presidente

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

E-mail: jorge.abrahao@ethos.org.br

Tel: (11) 3897-2403